

16.02.2016 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação de Professores e Educadores Portugueses (Plataforma Concurso Único para Todos - CUT)

Recebidos por: Deputados André Pinotes (PS), Maria Augusta Santos (PS) e Miguel Tiago (PCP)

Assunto: Mecanismos de concurso que não respeitam a lista de graduação profissional

Exposição: O Senhor Deputado André Pinotes (PS), que presidiu à reunião, cumprimentou os representantes da Associação de Professores e Educadores Portugueses – Plataforma CUT, Luís Ferreira, Vasco Viana e Sandra Jacob, indicou a grelha de tempos e, de seguida, deu a palavra ao seu Presidente para fazer uma intervenção inicial.

Luís Ferreira começou por agradecer a concessão da audiência, fazendo de seguida a síntese da génese da Associação (outubro de 2015), que nasce fruto da implementação por parte do Ministério da Educação de novos mecanismos de concurso que não respeitam a lista de graduação profissional, permitindo que os candidatos menos graduados sejam selecionados em detrimento de outros. Referiu ainda a este propósito que o Ministério da Educação tem vindo a utilizar uma série de mecanismos que descuram princípios básicos de igualdade e justiça no acesso ao emprego público, privilegiando a sua própria agenda e os seus objetivos.

Defendeu que a seleção, colocação e vinculação dos professores e educadores devem sempre basear-se na graduação profissional.

A Associação não aceita que existam docentes a ser selecionados por um processo justo, igualitário e transparente, como é o concurso nacional, e outros a sê-lo com base em critérios ambíguos e discriminatórios, como são os casos da Bolsa de Contratação de Escola e do Mecanismo de Recondução.

Sublinhou igualmente que a Associação é contra a Bolsa de Contratação de Escola (BCE), utilizada apenas para colocar professores contratados nas escolas consideradas territórios de intervenção prioritária (TEIP) ou com contratos de autonomia, na medida em que cria desigualdades no acesso às vagas por não seguir o modelo do concurso nacional, que coloca os professores nas escolas tendo em conta a sua graduação profissional, calculada com base na sua formação académica e nos anos de serviço.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Adiantou ainda que a Associação defende também a eliminação dos mecanismos de recondução no cargo, na medida em que o professor fica sem conseguir perceber se está a concorrer para um ou quatro anos, se essa vaga vai ou não ter continuidade.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) lembrou que para o Grupo Parlamentar do PCP a opção tomada de cada escola poder escolher os seus professores foi completamente errada, sendo fundamental que se ponha fim a qualquer mecanismo de contratação de professores que não seja o concurso nacional de lista única com base na graduação profissional.

Quanto à Diretiva 1999/70/CE, acrescentou que Portugal era um país soberano para definir a sua própria ordem jurídica, existindo uma lei da República Portuguesa que determina que ninguém deve ser contratado a termo por mais de três anos sucessivos. Daí o Grupo Parlamentar do PCP defender que deve haver um processo de vinculação extraordinário para os professores com mais de três anos de serviço, tornando-se imperioso, nesse sentido, alterar o conceito de necessidade transitória e acabar com a arbitrariedade.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) disse existir sempre alguém a sentir-se injustiçado com o regime adotado de colocação e o recrutamento dos professores e que só muito dificilmente se poderia encontrar um modelo que fosse do agrado de todos, mas que não deixava de ser preocupante o facto de haver professores com horários completos há 15 ou 20 anos sem fazerem parte dos quadros das escolas e com uma vida completamente desorganizada, fruto da instabilidade profissional a que estão sujeitos.

Concluiu dizendo que para o Grupo Parlamentar do PS o regime de contratação de professores deve ser trabalhado numa base mais integrada e completa, de forma a abranger várias questões que assumem particular importância nesta área, como seja a da municipalização e descentralização de competências.

A Associação de Professores e Educadores Portugueses respondeu no fim às questões colocadas, reiterando a sua posição de que deve haver uma uniformização de critérios, um regresso total e definitivo ao concurso nacional, baseado na graduação profissional de cada professor, o fim da BCE e da figura da recondução.

No final, os representantes da Associação entregaram diversa documentação que se encontra disponível na [página da Comissão](#) e agradeceram a disponibilidade dos Senhores Deputados para a receber em audiência.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2016

A Assessora

Maria Mesquitela